

Percursos e deslocamentos de crianças negras de países africanos na Rede de Educação Infantil da cidade de São Paulo

Flávio Santiago
Maria Leticia Barros Pedroso Nascimento

Flávio Santiago

Universidade de São Paulo, SP, Brasil

E-mail: santiago Flavio2206@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7019-2042>

Maria Leticia Barros Pedroso

Nascimento

Universidade de São Paulo, SP, Brasil

E-mail: letician@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5598-9472>

Resumo

A participação de crianças nos processos globais de migração tem se constituído ainda em um campo pouco explorado pelas pesquisas acerca das infâncias no Brasil. O campo dos estudos migratórios tanto nacionais quanto internacionais tem focado suas pesquisas nas relações laborais, dando pouca ou quase nenhuma visibilidade às infâncias. No entanto, as crianças migrantes continuam vivenciando experiências diversas em seus deslocamentos e estão expostas às violências advindas do racismo e da marginalização social em seus locais de destino. No caso brasileiro, além dos fluxos migratórios trazerem novos desafios estruturais, tal fato tem possibilitado às pessoas e às diversas instituições do país a repensar mitos, como o da “democracia racial”. Neste contexto, este artigo, que traz parte de uma pesquisa em andamento, tem como objetivo identificar a presença de crianças migrantes de países africanos na Rede de Educação Infantil da cidade de São Paulo entre os anos de 2009 e 2019, bem como analisar o alcance de sua presença na rede pública de atendimento à pequena infância no mesmo município. O texto apresenta aspectos da migração transnacional relacionados às questões raciais e à ocupação de territórios, particularmente na cidade de São Paulo, e examina dados sobre as crianças com idade entre 0 e 6 anos, em instituições de educação da rede pública paulistana, a partir do Portal Dados Abertos, da prefeitura do município. Como resultado, são discutidas as questões encontradas, como elementos para ampliar o campo dos estudos acerca de crianças migrantes menores de 7 anos.

Palavras-chave: Migração transnacional. Relações raciais. Crianças pequenas migrantes.

Recebido em: 23/02/2022

Aprovado em: 15/03/2023



Abstract

Pathways and displacements of black children from African countries in the early childhood education network of the city of São Paulo, Brazil

The participation of children in global migration processes is still an unexplored field in research on childhoods in Brazil. The field of both national and international migration studies has focused its research on labour relations, giving little or no visibility to children. Nevertheless, migrant children continue to have diverse experiences in their displacement and are also exposed to violence caused by racism and social marginalisation in their destination places. In the Brazilian case, in addition to the fact that migratory flows bring new structural challenges, the current situation has opened up the possibility of rethinking socio-cultural myths such as that of “racial democracy”. In this context, this article presents part of a research in progress, aiming to identify the presence of migrant children from African countries in the early childhood education network in the city of São Paulo, Brazil between 2009 and 2019 and analyse the scope of their presence in the public network of early childhood education in the city of São Paulo. Then, aspects of transnational migration, related to racial issues and to the occupation of territories, particularly in the city of São Paulo, Brazil, are addressed. In addition, data on children between 0 and 6 years of age in educational institutions of the São Paulo public network are examined, based on the Dados Abertos Portal, of the City Hall of the Municipality. As a result, the issues found are discussed as elements of relevance to expand the field of studies on children under seven years of age in a situation of migration.

Keywords:

Transnational migration. Race relations. Young migrant children.

Resumen

Recorrido y desplazamiento de niños negros de países africanos en la red de educación infantil de la ciudad de São Paulo, Brasil

La participación de niños en los procesos globales de migración es un campo poco explorado en las investigaciones respecto a las infancias en Brasil. El campo de los estudios migratorios ha enfocado sus investigaciones en las relaciones laborales, dando poca o casi ninguna visibilidad a las infancias. No obstante, los niños en situación de migración continúan vivenciando experiencias diversas en sus desplazamientos, estando expuestos también a sufrir violencias provocadas por el racismo y por la marginalización en sus lugares de destino. En el caso brasileño, además de que los flujos migratorios traen nuevos desafíos estructurales, la situación actual ha abierto la posibilidad de repensar mitos socioculturales como el de la “democracia racial”. En ese contexto, este artículo presenta parte de una investigación en desarrollo, teniendo por objetivo mostrar informaciones pertinentes sobre los recorridos de los niños migrantes. En este contexto, este artículo presenta parte de una investigación en curso, con el objetivo de identificar la presencia de niños migrantes de países africanos en la red de educación infantil de la ciudad de São Paulo, Brasil, entre 2009 y 2019 y analizar el alcance de su presencia en la red pública de educación infantil de la ciudad de São Paulo. Para ello, son abordados aspectos de la migración transnacional, relacionados con las cuestiones raciales y con la ocupación de territorios, particularmente en la ciudad de São Paulo, Brasil. Además, son examinados datos sobre los niños entre los 0 y los 6 años de edad, en instituciones de educación de la red pública paulistana, a partir del *Portal Dados Abertos*, de la Alcaldía del Municipio. Como resultado, se discuten las cuestiones encontradas como elementos de relevancia para ampliar el campo de los estudios acerca de niños menores de siete años en situación de migración.

Palabras clave:

Migración transnacional. Relaciones raciales. Niños pequeños migrantes.

Este artigo discute os deslocamentos de crianças pequenas negras, vindas de países do continente africano, matriculadas nas instituições de Educação Infantil na cidade de São Paulo. São apresentadas e articuladas quatro questões: os movimentos migratórios transnacionais, o racismo estrutural brasileiro, a cidade de São Paulo e as crianças pequenas imigrantes negras nas instituições de Educação Infantil paulistanas. Compõe uma pesquisa qualitativa que busca identificar a presença destas crianças para analisar o alcance de sua presença na rede pública de atendimento à pequena infância no município de São Paulo.

Para começar, cabe localizar o contexto no qual o estudo se situa, a partir da chegada, ou da presença, de crianças negras no Brasil, fato reconhecido desde a escravização negra, que se supõe tenha sido iniciada no país em meados do século XVI¹. Se num primeiro momento o tráfico negreiro reporta os adultos capturados em terras africanas e trazidos para este país, é certo que as crianças negras também chegavam, quando sobreviviam à precária travessia do oceano. Entraram no Brasil, entre os séculos XVI e meados do XIX, cerca de 3 milhões de escravos africanos (REIS, 2007).

Pode-se verificar, em retratos pintados nos séculos XVIII e XIX, a presença de crianças negras em cenas domésticas ou familiares, e nas pinturas de Debret ou de Rugendas. Entretanto, a condição de escravo – um objeto a ser disposto por seu senhor –, retirava da população negra sua humanidade. Ainda que brevemente, este ponto localiza o início de um racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), isto é, um racismo que vai se constituindo ao longo dos séculos, criando condições para a discriminação, direta ou indireta, de grupos raciais, tema que será tratado mais adiante.

Se, contemporaneamente, as experiências históricas transnacionais da migração são narradas e vinculadas à ideia das fronteiras do Estado-nação, as migrações de longa e curta distância, forçadas ou voluntárias, dentro e fora da África, ocorreram bem antes da construção dos Estados-nação em todo o mundo e seguiram os desenvolvimentos sociais endógenos resultantes das dinâmicas interna e externa, que se faziam presentes pelos movimentos de caçadores, pastores, agricultores, comerciantes e marinheiros, bem como pela mobilidade derivada de desastres humanos ou naturais. Os Estados-nação serviram apenas para impor novas estruturas jurídicas aos migrantes africanos (VINCE; RODET; GOERG, 2007).

No contexto africano, como destaca Moch (1997), a migração é entendida como qualquer mudança de residência, temporária ou permanente, que ultrapasse o limite definido pelo local de vida de determinada comunidade, seja uma aldeia, seja uma cidade. Essas migrações podem ser locais, regionais ou intra/intercontinentais e incluem tanto a migração sazonal como a migração de longo prazo. Cabe afirmar, como o fazem Bógus e Fabiano (2015, p. 29), que as “migrações internacionais constituem um importante fator de mudança social no mundo contemporâneo. São as transformações econômicas, demográficas,

¹ Nas palavras de Reis (2007, p. 81): “Não sabemos precisamente quando desembarcou no Brasil colonial o primeiro negro. Não é impossível que houvesse algum, ou alguns, entre os tripulantes da esquadra de Cabral, uma vez que Portugal já traficava escravos nas costas africanas antes de 1500”.

políticas e sociais que ocorrem no seio de uma dada sociedade que fazem com que as pessoas migrem”. Nesse sentido, o significado de migração aponta para o movimento das pessoas entre lugares.

Mapa 1: Fluxos migratórios na África.



Fonte: Silva, 2016.

De acordo com o Mapa 1, observa-se maior fluxo migratório da população do continente africano para as antigas metrópoles do período colonial, como França, Espanha, Inglaterra e Portugal. Entretanto, é importante ressaltar que muitas das pessoas vivem de modo “clandestino” – sem documentação – e trabalham, em sua grande maioria, em empregos não valorizados social e economicamente, que exigem pouca ou nenhuma escolarização (BOLIGIAN *et al.*, 2012). Dentre os impactos desse processo migratório contemporâneo, pode-se destacar a redução da empregabilidade da mão de obra economicamente ativa, principalmente masculina e jovem, que não vê possibilidades de acesso à qualidade de vida em seus países.

No âmbito do processo de migração do continente africano para o Brasil, como indicado anteriormente, iniciado pela escravização negra, as relações de longa duração também consubstanciaram um forte elo cultural, mágico, simbólico, semântico, linguístico, psíquico e, obviamente, emocional entre essas populações, que estão ligadas pelas duas margens do Atlântico (FONSECA, 2015). A migração forçada estabeleceu uma ponte que não só encurtou as distâncias transatlânticas entre essas duas partes do planeta, mas sobretudo traçou histórias imbricadas e complementares em determinadas temáticas (KALY, 2001). Esses rastros históricos ainda ressoam na imagem dos migrantes africanos no Brasil, principalmente pelo passado escravocrata do nosso país. As vidas dos sujeitos que migram são desenhadas pelo passado

que os antecede, e, dessa forma, migrar é estar no entremeio do agora e do que já foi; ser a imagem de um passado, mas também a esperança de um futuro.

Para Demartini (2021), a compreensão dos fatos e dos processos sociais passa pela reconstrução histórica, isto é, para compreender os processos migratórios e as gêneses de preconceitos e as imagens a respeito dos migrantes, são de fundamental importância os aportes históricos e sociológicos.

Deslocamentos para o Brasil: tantos povos, tantas vi(n)das

No caso brasileiro, além de os deslocamentos humanos trazerem novos desafios estruturais, têm incentivado o país a repensar mitos como o da “democracia racial”² e o de que no país “todos são bem-vindos”, sem distinção de origem, cor, religião, identidade de gênero, orientação sexual etc. Cabe lembrar que para Bógus e Fabiano (2015, p. 128), embora, como outros países, o Brasil não seja considerado destino migratório, no século XXI começou a receber “um número cada vez maior de pessoas oriundas de países como o Haiti, Bolívia e Congo, além de pedidos de refúgio de indivíduos que fogem de conflitos armados em países do Oriente Médio, África e Ásia”.

A intensificação da migração internacional no Brasil, no âmbito Sul-Sul do mundo, nos últimos anos, forçou a revisão da Lei da Migração no país, aprovada em 24 de maio de 2017, sob o número 13.445/2017 (BRASIL, 2017). Entre os migrantes e refugiados³ que aqui chegam estão os sírios, os angolanos, os senegaleses, os haitianos, dentre outras nacionalidades. Segundo o Portal Dados Abertos da Polícia Federal (POLÍCIA FEDERAL, 2023), em relação aos países da África, a maior taxa de migração para o Brasil é de angolanos, seguidos de senegaleses, nigerianos e guineenses. Com relação a refúgio, há um número maior de pessoas também da Angola, do Senegal e da Nigéria, mas também da República Democrática do Congo e de Gana.

No fluxo migratório contemporâneo no Brasil, identificamos, em sua maioria, pessoas em situação de migração vindas de países considerados econômica, industrial e tecnologicamente em desenvolvimento, onde as parcelas mais vulneráveis e excluídas da população estão submetidas a menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) e de acesso às políticas públicas essenciais, estando presente um maior deslocamento Sul-Sul.

As migrações Sul-Sul fazem parte de um amplo cenário da migração transnacional e possuem maior expressividade no contexto brasileiro a partir dos anos 2010, principalmente devido à presença de migrantes

² O processo de desintegração da sociedade escravista no Brasil foi marcado pela não integração do negro ex-escravizado à nova ordem competitiva que se formava, os(as) negros(as), tanto de pele escura quanto de pele clara, “foram sempre projetados aos estratos das pessoas mais pobres, que não partilham (ou partilham muito pouco) das tendências do desenvolvimento econômico e da mudança sociocultural” (FERNANDES, 2008, p. 89).

³ São pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e a conflitos armados (ACNUR, 2021).

haitianos e de políticas anti-imigrantistas nos Estados Unidos e na Europa (BAENINGER *et al.*, 2018; PÓVOA NETO, 2012). O cenário do mundo globalizado do século XXI traz novos contornos, nos quais a compreensão dos fenômenos locais pressupõe um entendimento dos fenômenos em âmbito regional, nacional e global, tendo em vista a intensidade e diversidade dos movimentos migratórios, que são, em grande parte, responsáveis por definir e redefinir os espaços transnacionais (FURTADO, 2020).

Cabe aqui tomar emprestada a pergunta formulada por Bógus e Fabiano (2015, p. 129): “de que forma o Brasil tem promovido a integração social destes novos imigrantes, possibilitando sua permanência e subsistência digna [...]?” E, indo mais além, como a cidade de São Paulo tem recebido seus imigrantes, particularmente as crianças pequenas vindas de países africanos?

A cidade de São Paulo e os deslocamentos transnacionais

O estado de São Paulo e a região metropolitana de sua capital, devido ao seu desenvolvimento econômico, têm constituído um significativo polo de atração de imigrantes, particularmente em razão da oferta de trabalho. Muito do cosmopolitismo da cidade de São Paulo é resultado da chegada de migrantes vindos de outras regiões do país e de diversos países estrangeiros que ocuparam diferentes bairros, a partir do centro da cidade.

A cidade de São Paulo constitui importante rota dos fluxos migratórios desde o século XIX, isto é, a temática das migrações, no contexto paulistano, tornou-se questão social quando os migrantes vindos dos continentes europeu e asiático chegaram para suprir a mão de obra dos ex-escravizados, constituindo parte de um projeto de nação que tinha como objetivo a valorização da cultura eurocêntrica. Com a retomada e intensificação de diferentes fluxos migratórios de latino-americanos e africanos para a cidade de São Paulo, os movimentos migrantes, apoiados por entidades sociais (organizações não governamentais, igrejas etc.), começaram a reivindicar o espaço público e a ação do Estado.

Em São Paulo, a presença e a atuação dos imigrantes impulsionaram, em 2013, a criação de uma instância para migrantes na Prefeitura do município, localizada na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). Desde então, ações públicas e privadas direcionadas aos imigrantes têm sido organizadas, tanto no formato de acordos quanto no de legislação, visando intervir na realidade migratória da cidade, bem como viabilizar o diálogo entre o poder público e as comunidades migrantes⁴.

Em relação aos territórios que os diferentes grupos foram ocupando na cidade, os bairros com grande concentração de determinados grupos de imigrantes (espanhóis, italianos e portugueses; japoneses),

⁴ No dia 25 de julho de 2019, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, editou a Portaria nº 666, que regula “o impedimento de ingresso, a repatriação, a deportação sumária, a redução ou cancelamento do prazo de estada de pessoa perigosa para a segurança do Brasil ou de pessoa que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal” (BRASIL, 2019). Entre as mudanças, deportação sumária de “pessoas perigosas” trata-se de conceito extremamente vago e previsto pela lei somente aos refugiados, vedando-lhes a permanência no território nacional e o pedido de refúgio (STANICIA, 2019).

próximos à região central, foram sendo habitados por novos grupos que foram chegando (bolivianos, peruanos e paraguaios) e, mais recentemente, por haitianos, senegaleses, ganeses, angolanos e sírios, tanto vindos em situação regular quanto em situação de refúgio (BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2020).

Ainda que São Paulo seja o centro da indústria financeira brasileira, a oferta de trabalho, assim como o desenvolvimento da economia, foi se transformando ao longo do século XX, e mais recentemente, no século XXI, as indústrias foram aos poucos se deslocando para cidades que oferecem impostos mais baixos e outras vantagens dessa ordem. Ao mesmo tempo que as multinacionais foram se instalando, houve uma expansão do setor de serviços, e há demanda tanto de profissionais qualificados quanto daqueles “de baixa qualificação, [além] da existência de redes migratórias já consolidadas e de maior estrutura de acolhimento e acompanhamento a imigrantes e refugiados” (MAGALHÃES; BÓGUS, 2018, p. 2).

Conforme os artigos 30 e 45 da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, as famílias migrantes têm o direito de acessar as instituições educacionais sem nenhum tipo de prejuízo nesse sentido, e os filhos de trabalhadores migrantes devem ter as mesmas condições de igualdade que os brasileiros, independentemente da documentação pessoal ou dos pais (BRAGA; SOUZA NETO; SANTOS, 2021). Também no Brasil, por meio do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, é assegurada a matrícula escolar de crianças que estejam tentando obter a condição de refugiadas, mesmo que não possuam toda a documentação exigida para a matrícula (BRASIL, 1990).

Crianças migrantes de países africanos na Rede de Educação Infantil de São Paulo

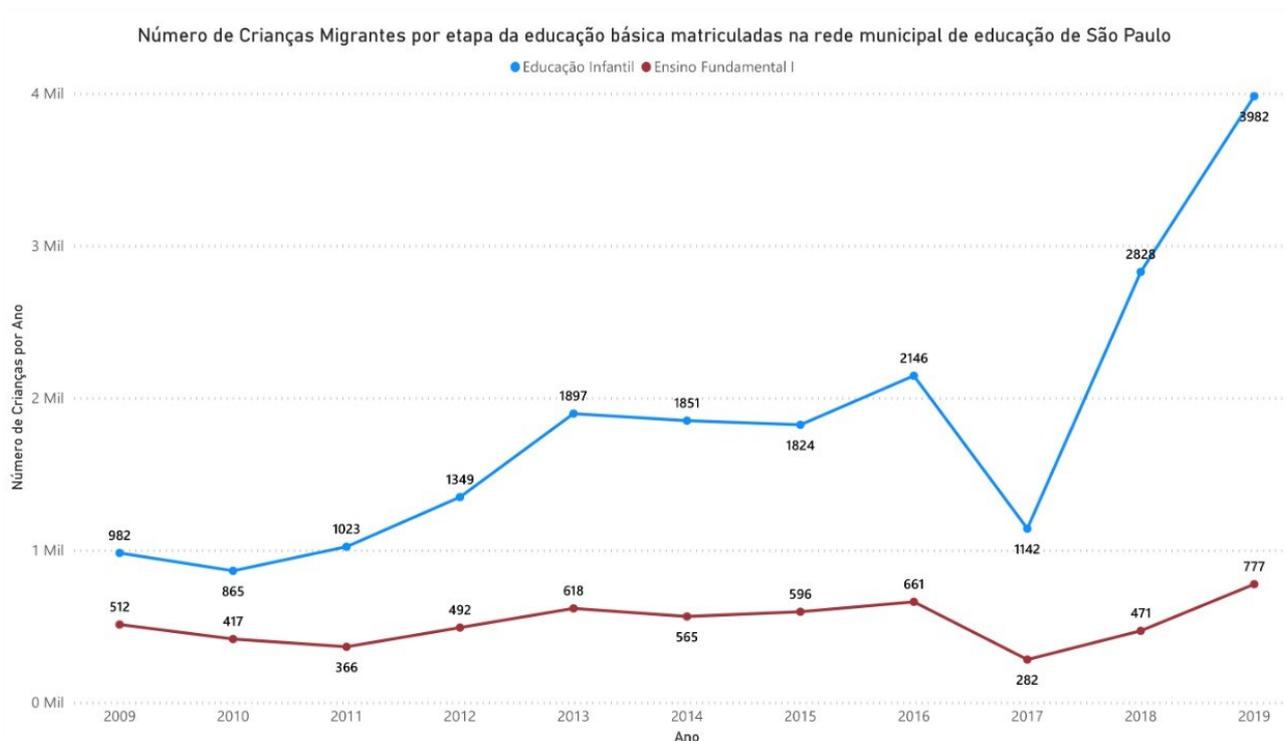
Antes de examinar os dados referentes às crianças migrantes, cabe esclarecer alguns aspectos da Rede Municipal de Educação Infantil paulistana. Em São Paulo, a Educação Infantil é oferecida em instituições públicas e gratuitas, distribuídas da seguinte maneira: as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), que atendem crianças de 4 e 5 anos; e os Centros de Educação Infantil (CEIs) diretos, que atendem bebês e crianças de 0 a 3 anos. O atendimento à faixa etária mais nova pode ser realizado também em Centros de Educação Infantil Municipal localizados nos Centros Educacionais Unificados (CEU CEIs). Esses três tipos são de responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Educação (SME). A demanda por vagas criou, ainda para o atendimento das crianças menores, os CEIs indiretos e as creches particulares conveniadas, instituições conveniadas que “dividem” com a SME a responsabilidade da oferta de atendimento às crianças de 0 a 3 anos, mediante convênio e supervisão da Secretaria.

No âmbito da Educação, segundo o relatório desenvolvido em parceria entre a Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo

(SMDHC) e o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), atualmente, com exceção dos migrantes bolivianos, os principais países de origem dos migrantes cadastrados no Sistema de Informação do Atendimento aos Usuários (Sisa) correspondem aos países africanos, em especial a Angola e o Congo, e ao Haiti (VENTURA; GUIMARÃES; REIS, 2017).

Com relação à quantidade de crianças migrantes matriculadas na rede pública de ensino paulistana, a Educação Infantil, em 2009, representava 75,86%, enquanto, no mesmo ano, o ensino fundamental representava 24,14%. Dez anos depois, em 2019, a Educação Infantil representava 74,03%, o que significa uma redução de 2,41%, e o ensino fundamental, 25,97%, com um aumento de 7,58%. Podemos observar, no Gráfico 1, esses dados explicitando que, nos últimos dez anos, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, representou o setor da Educação que recebeu o maior número de crianças migrantes.

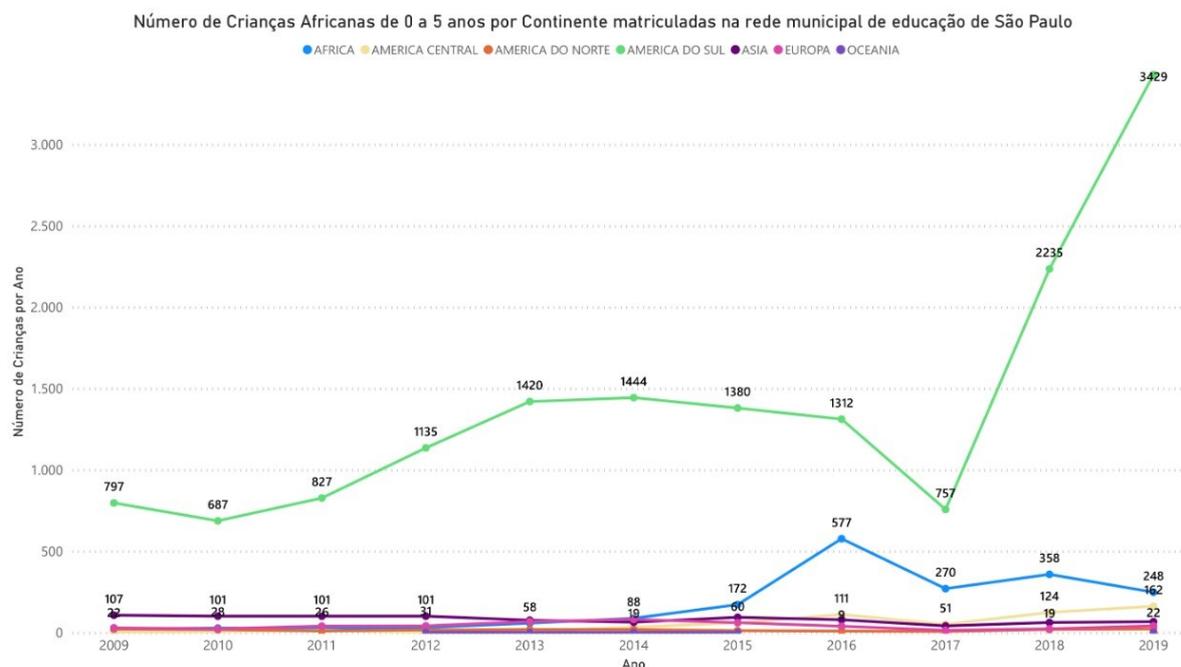
Gráfico 1: Número de crianças migrantes matriculadas na Rede Municipal de Educação de São Paulo, por etapa da Educação Básica.



Fonte: Portal Dados Abertos da Prefeitura do Município de São Paulo.

A migração Sul-Sul parece predominar, sendo notadas, sobretudo, crianças originárias de nações latino-americanas, caribenhas e africanas. Em relação a esse cenário, podemos observar o Gráfico 2, que traz a descrição da origem por continente das crianças migrantes presentes na Educação Infantil.

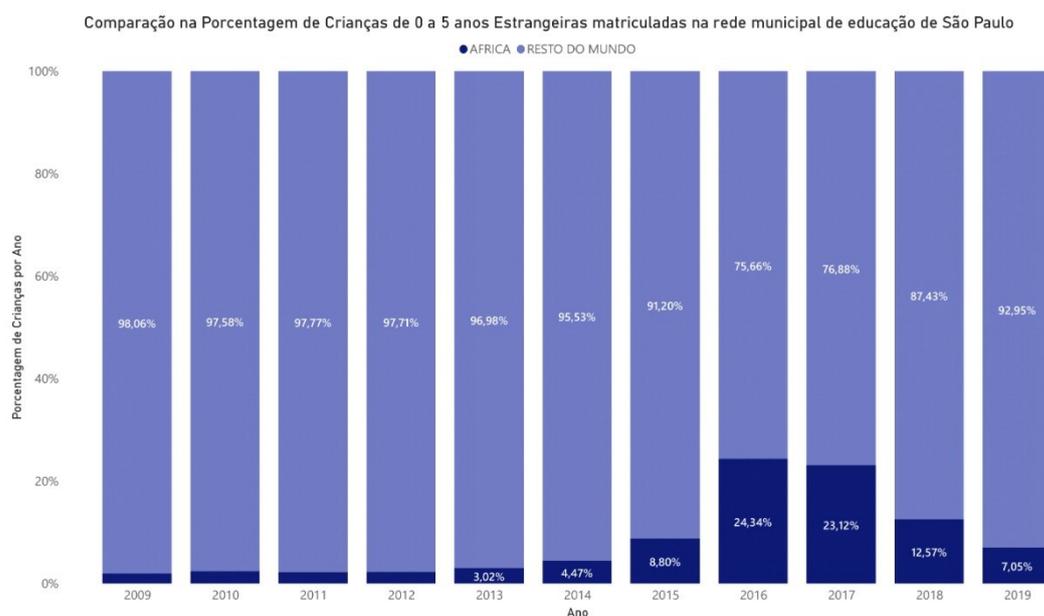
Gráfico 2: Número de crianças africanas de 0 a 5 anos matriculadas na Rede Municipal de Educação de São Paulo, por continente.



Fonte: Portal Dados Abertos da Prefeitura do Município de São Paulo.

Observa-se, ainda, que as crianças africanas ocupam o segundo lugar em quantidade em relação às demais crianças migrantes na rede pública paulistana de Educação Infantil, representando um número significativo de sujeitos no quadro do município. Como se apresenta no Gráfico 3, em 2016, elas chegam a representar mais de 24,34% das crianças migrantes na rede em pauta.

Gráfico 3: Comparação da porcentagem de crianças de 0 a 5 anos estrangeiras matriculadas na Rede Municipal de Educação de São Paulo.



Fonte: Portal Dados Abertos da Prefeitura do Município de São Paulo.

Em relação à faixa etária das crianças matriculadas, observa-se que a maioria delas tem mais de 3 anos de idade. Isso se dá tanto por aspectos relacionados às características culturais, que têm o cuidado das crianças menores como uma responsabilidade da família, concebida aqui em sentido estendido, quanto pela legislação que torna obrigatória a matrícula a partir dos 4 anos de idade (Lei nº 12.796/2013). Pode-se acrescentar como explicação que o atendimento à demanda para crianças menores de 3 anos depende da oferta de vagas.

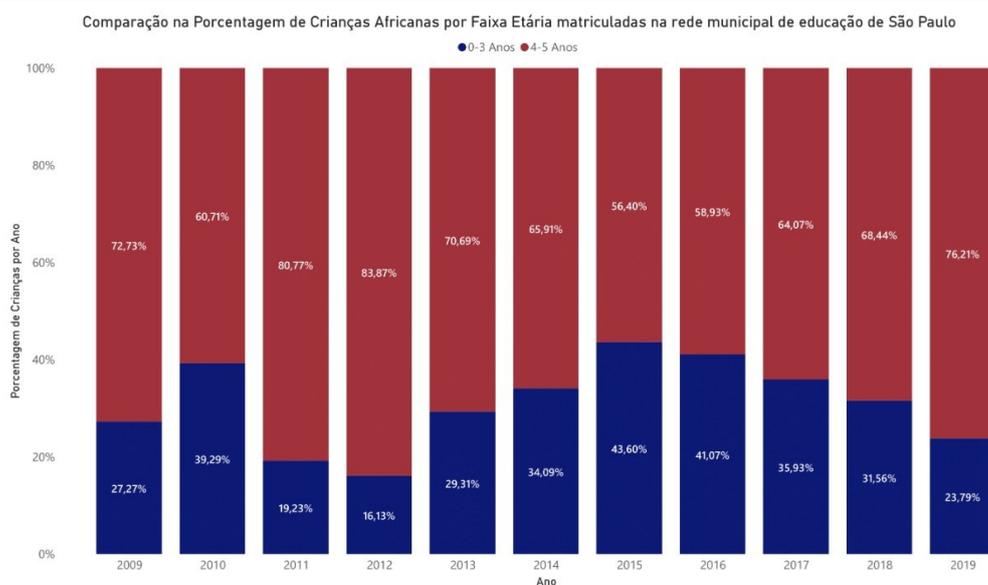
Parece importante destacar que, entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, conforme documento publicado em 2019 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), constatou-se que

mulheres angolanas grávidas, muitas vezes acompanhadas de crianças pequenas e sem os seus companheiros, passaram a chegar em São Paulo e a solicitar refúgio. A particularidade do fluxo inspirou atenção especial e gerou a necessidade de um equipamento emergencial de acolhida adequadamente desenhado para mulheres nessas condições [...]. (SAMPAIO; BARALDI, 2019, p. 22)

Os motivos que fizeram essas mulheres migrarem para o Brasil⁵ são diversos, sendo que, para interpretar os diversos perfis da migração angolana no Brasil, é necessário compreender suas redes acionadas na origem, no destino, bem como o contexto histórico, cultural e social em que essas pessoas tomam a decisão de migrar, ou seja, não existe uma explicação única em relação ao porquê de a população angolana escolher o Brasil como país de destino (FURTADO, 2020).

Observa-se, entre 2015 e 2019, um aumento do número de crianças migrantes africanas matriculadas na rede pública de Educação Infantil paulistana, como se vê, no Gráfico 4.

Gráfico 4: Comparação da porcentagem de crianças africanas matriculadas na Rede Municipal de Educação de São Paulo, por faixa etária.

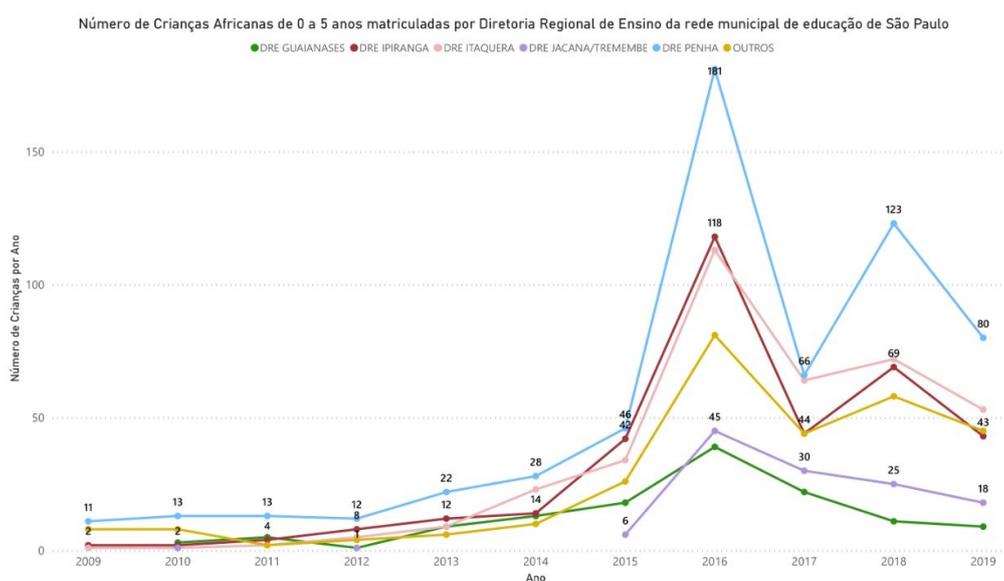


Fonte: Portal Dados Abertos da Prefeitura do Município de São Paulo.

⁵ Para maiores detalhes ver: Novaes (2021).

Do ponto de vista da ocupação de territórios, como se indicou anteriormente, alguns bairros da região central de São Paulo foram o foco da concentração de determinados grupos, os “bairros estrangeiros”, como Liberdade, Glicério, Bom Retiro e Brás, que resultam de um hibridismo de fluxos migratórios e são uma complexa teia refinada de mobilidade humana. Essa divisão é encontrada também no número de matriculados nas instituições de Educação Infantil, organizado em Diretorias Regionais de Educação (DREs). Nesse sentido, a DRE-Penha, a DRE-Itaquera e a DRE-Ipiranga têm maiores quantidades de crianças migrantes africanas, como se vê no Gráfico 5.

Gráfico 5: Número de crianças africanas de 0 a 5 anos matriculadas na Rede Municipal de Educação de São Paulo, por Diretoria Regional de Educação.



Fonte: Portal Dados Abertos da Prefeitura do Município de São Paulo.

Na região central da cidade, onde, há mais de uma década, convivem construções e espaços históricos, comércio popular e prédios abandonados e degradados, alguns deles ocupados pela população que não tem moradia, pode ser encontrado um número representativo de crianças migrantes africanas, o que pode ser relacionado ao fato de seus responsáveis trabalharem no comércio da região. São angolanos, nigerianos, congolezes, entre outros africanos, que trançam cabelos ou vendem produtos étnicos de seus países de origem (CRISTINA, 2019; DIAS, 2019). Ao caminhar pelos arredores da Praça da República, como aponta Sato (2017), pode-se observar trabalhadores africanos que comercializam produtos eletrônicos, réplicas de roupas, relógios e artigos esportivos de marcas famosas, assim como objetos de decoração, tecidos, acessórios de beleza e produtos com a temática africana. Também, nas calçadas, é possível presenciar as vendedoras ensinando o uso de tecidos para confeccionar turbantes e saias.

Na periferia paulistana, constata-se um aumento do percentual de crianças migrantes, que pode ser relacionado tanto ao âmbito econômico como ao afetivo. Sobre o primeiro, de acordo com Machado e Prado (2015), em matéria no jornal Folha de S.Paulo, Guaianazes, bairro da zona leste da capital, anteriormente

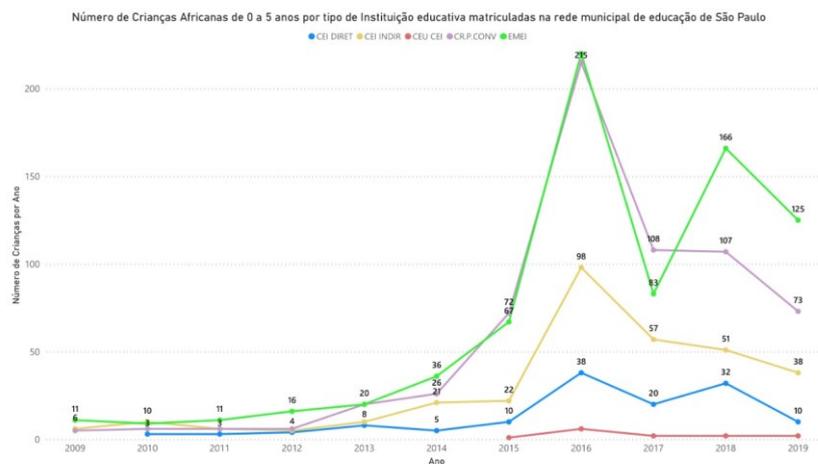
ocupado por migrantes nordestinos, transformou-se num bairro de imigrantes nigerianos e haitianos. Segundo a matéria, o aluguel de uma casa em bairros da zona leste é mais barato e menos burocrático do que em outros pontos da cidade de São Paulo, o que facilita os contratos para as pessoas migrantes. Dentre as vantagens encontradas, a matéria acrescenta a não exigência de fiador, seguro ou comprovante de renda, ou seja, tudo é acertado diretamente com o proprietário, o que facilita os tramites para os migrantes que, em diversos casos, não possuem os documentos necessários para assinar contratos com imobiliárias. Em relação ao âmbito afetivo, as regiões da periferia possibilitam o aluguel de imóveis maiores, o que favorece tanto uma quantidade maior de moradores quanto a proximidade de contrerâneos.

Cabe, contudo, destacar a desigualdade de classe e racial presente, evidenciada pelas condições e pelas regiões da habitação, seja em moradias precárias no centro de São Paulo ou em regiões periféricas, muitas vezes sem infraestrutura e saneamento básico, seja em zonas de perigo ambiental, o que significa que “o espaço urbano está profundamente implicado no processo em que hierarquias sociais se concretizam em um dado momento histórico” (VARGAS, 2005, p. 92). O espaço, fruto do processo de territorialização,

[...] representa um complexo de relações econômicas, sociais, históricas, culturais, ambientais e políticas erigidas num dado espaço (geográfico). Ele adensa camadas de tempo; supõe características que lhe são singulares ao passo em que se constitui, enquanto totalidade aberta, a transformações no transcurso da história. Resulta de necessidades e motivações múltiplas de seus sujeitos; estas podem ser de ordem material e concreta (relações econômicas) ou de natureza por vezes intangível, como as necessidades da cultura, das sociabilidades, elos de pertencimento etc. (PAIVA, 2012, p. 172)

O espaço urbano vai adquirindo múltiplos significados, sendo permeado por contribuições culturais e sociais, mas também por tensões, mudanças e ambiguidades. Nesse movimento, a cidade vai se transformando e construindo territórios identitários que promovem encontros, acolhimento, e reforçam a representatividade. No entanto, o mesmo espaço também explicita as desigualdades entre classe e pertencimento étnico-racial, como podemos reconhecer a partir do Gráfico 6, que mostra o acesso às instituições públicas de Educação Infantil.

Gráfico 6: Número de crianças africanas de 0 a 5 anos matriculadas na Rede Municipal de Educação de São Paulo, por tipo de instituição educativa.



Fonte: Portal Dados Abertos da Prefeitura do Município de São Paulo.

Parece necessário destacar que, nos últimos anos, tem havido um significativo aumento no número de instituições conveniadas em relação às diretas no atendimento dessa etapa inicial. Dessa forma, é inevitável que haja mais crianças imigrantes em instituições conveniadas do que nas diretas, principalmente as mais novas, o que pode ser verificado no Gráfico 6: o número de crianças migrantes africanas na rede direta é mais de dez vezes menor do que na rede indireta. Observa-se que, entre os anos de 2009 e 2019, ocorreu uma redução de 43,73% no número de matrículas. Em relação à creche particular conveniada, houve um aumento de 26,39% em relação às matrículas nos CEIs diretos somados aos CEU CEIs. Ao focalizar-se somente os CEIs diretos, o número de matrículas não ultrapassa 4%, e os dados de matrícula apresentam mudança muito pequena.

São grandes as diferenças encontradas nas instituições diretas e conveniadas, que abrangem desde o espaço físico até as condições de trabalho dos profissionais da Educação (ARELARO, 2008; NASCIMENTO; SILVA, 2015). Além disso, estudos acerca da Educação Infantil no Brasil, particularmente no tocante às creches, indicam que as crianças negras brasileiras são vítimas de racismo.

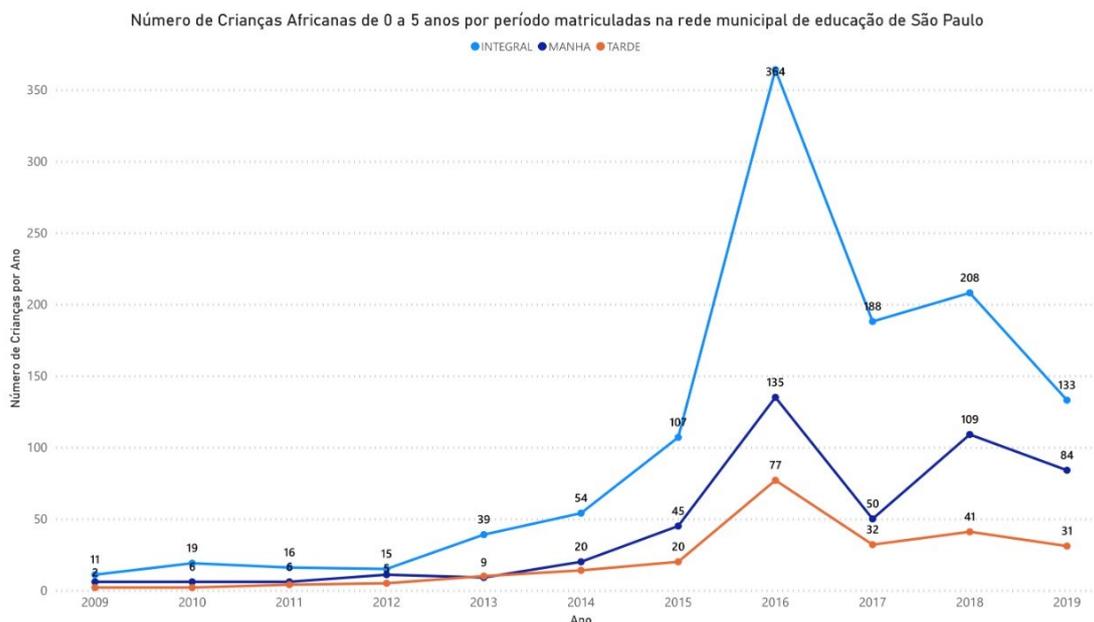
Para Rosemberg (2012), raça e classe são indissociáveis para pensar as políticas públicas para a Educação no Brasil. A pesquisadora ressalta os efeitos do racismo para além das relações interpessoais:

No plano material, negros (e indígenas), em seu conjunto, não têm acesso aos mesmos recursos públicos que brancos, recursos sustentados por políticas públicas. Isso se deve à história da colonização e escravidão e às condições atuais de repartição dos bens públicos. Porém, considero que, para se chegar no cerne da manutenção das desigualdades raciais no plano material, não se pode afastar a ideia de que grande percentual de negros no Brasil é pobre, e grande percentual de pobres no Brasil é negro. Pensar, simultaneamente, em condição socioeconômica e pertença racial para entender o racismo estrutural-material e simbólico é necessário no caso brasileiro, pois não tivemos, após a abolição da escravidão, um sistema de classificação racial legal-oficial sustentando um sistema de segregação racial formal, legal. Os recursos públicos brasileiros não são igualmente distribuídos para pobres e não pobres e para as regiões mais ou menos pobres. Como os recursos públicos também não são igualmente distribuídos às diversas etapas da vida, crianças pequenas, crianças pequenas pobres e crianças pequenas negras (e indígenas) são intensamente discriminadas pela sociedade brasileira. (ROSEMBERG, 2012, p. 31)

Se a discriminação acontece em relação às crianças negras brasileiras, cujas famílias falam português e têm hábitos culturais conhecidos, como tem sido o acolhimento das crianças negras imigrantes de países africanos nas instituições de educação infantil paulistanas, inclusive porque, notadamente, elas frequentam instituições conveniadas em vez das diretas? Pode-se perguntar se haverá alguma diferença no tratamento às crianças motivada pelas diferentes condições de trabalho ou pela exiguidade do espaço, ou se, tanto nas creches diretas quanto nas conveniadas, o preconceito racial se manifesta.

Quais serão as possibilidades de elaboração de um projeto pedagógico que valorize a diversidade, e não reproduza discursos do senso comum marcados por racismo e xenofobia? É nessas condições que se verificam os dados presentes no Gráfico 7, que apresenta a quantidade de matrículas por período.

Gráfico 7: Número de crianças africanas de 0 a 5 anos matriculadas na Rede Municipal de Educação de São Paulo, por período.



Fonte: Portal Dados Abertos da Prefeitura do Município de São Paulo.

O Gráfico 7 indica – e confirma – que a matrícula nos CEIs, que atendem às crianças em período integral, é pouco maior do que a soma das matrículas nos períodos da manhã e da tarde nas EMEIs, que atendem em meio período. Certamente esse dado coincide com a demanda por trabalho das mães.

Os dados obtidos dão a ideia dos números implicados no atendimento aos pequenos, mas não oferecem acesso a informações qualitativas. Em documento recente da SME-SP (SÃO PAULO, 2021), que contém orientações pedagógicas para o trabalho com estudantes migrantes e suas famílias, destaca-se a fala da diretora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no início do texto:

No entanto, é importante ressaltar que a garantia do direito à educação para refugiados e migrantes não se restringe apenas a uma questão relacionada ao acesso, uma vez que a qualidade e a relevância da educação fornecida também são fundamentais. [...] Assim, incluir refugiados e migrantes nas mesmas escolas da população local é um ponto de partida importante para se construir a coesão social. (SÃO PAULO, 2021, p. 7)

E acrescenta:

Docentes qualificados também são essenciais para garantir a inclusão de estudantes refugiados e migrantes. Políticas públicas educacionais que assegurem essa formação qualificada dos profissionais de educação, para que possam ministrar aulas multilíngues e multiculturais – que, muitas vezes, incluem estudantes com necessidades psicossociais –, são fundamentais para a garantia da educação de qualidade. (SÃO PAULO, 2021, p. 8)

Ainda que a fala seja indiscutível, é verdadeiro que as poucas pesquisas realizadas sobre e com crianças migrantes na rede pública de Educação Infantil paulistana (FEIGENBLATT, 2020; GONÇALVES, 2018; HAGA, 2018; SANTOS, 2018) têm evidenciado a ausência de oferta de formação e

de materialidades pedagógicas para as professoras construírem uma prática mais humanizada com crianças vindas de outros países, isto é, que falam uma língua diferente, ou que têm hábitos culturais que não coincidem com os já conhecidos, inclusive do ponto de vista da relação com os alimentos ou as vestimentas (FREITAS; SILVA, 2015; NASCIMENTO; MORAIS, 2021; SILVA, 2014). Um único estudo (ROSA, 2016), voltado para as crianças negras africanas na rede estadual de ensino, conclui que

[...] podemos destacar que o silêncio de parte significativa dos professores e alunos acerca da inclusão dos imigrantes africanos negros e a diversidade cultural parece exprimir sua posição de que entendem a diferença como desigualdade e os negros como sinônimo de desigual e inferior. (ROSA, 2016, p. 73)

Essa percepção está atrelada ao processo de racialização, pautada pela hierarquização e negação do outro, constituída sobre uma base histórica e cultural de processos discriminatórios, marginalizadores e criminalizadores da população africana e seus descendentes, criando a ideia de que a humanidade não pertence a todos, transformando em coisas aqueles que não pertencem ao seu grupo étnico e proporcionando experiências distintas para os sujeitos que constroem a sociedade (SANTIAGO, 2020). Entretanto, é importante destacar que esse mecanismo não é um mero “preconceito”. Sua “força” depende, sobretudo, das hierarquias, do sistema de privilégios e da violência material da qual é veículo, não se constituindo simplesmente como um estereótipo. As sociedades racistas se formam, precisamente, a partir da proliferação de espaços e nichos altamente hierarquizados e racializados que, de alguma forma, transcendem a vontade e a subjetividade de indivíduos e grupos (CURCIO; MELLINO, 2012; SANTIAGO, 2022).

Destaca-se a obviedade de que as ideias hegemônicas dependem das hegemonias do poder material que as constroem. Sendo assim, a ideia de África que temos é resultado do processo e do posicionamento político das nossas estruturas de poder, as quais reproduzem a lógica do processo colonial, colocando como foco do desenvolvimento somente a Europa e suas civilizações. Estudos sobre crianças, refúgio e migração são urgentes, embora a presença de crianças em fluxos migratórios sempre tenha sido visível (DEMARTINI, 2004). A variedade de situações que levam as crianças a imigrar constitui um mosaico formado por diversas histórias marcadas por vivências diferenciadas, ou seja, “é necessário resistir à tentação de simplificar o contexto” (TOGNETTI, 2016, p. 283). Também assim podem ser os estudos a respeito das estratégias que empregam para superar a discriminação e o silêncio, ao visibilizar as relações raciais presentes na instituição de Educação Infantil, a fim de compreender a dimensão do racismo voltada às crianças imigrantes negras e promover uma educação antirracista.

Considerações finais

Os dados apresentados apontam o processo de racialização, que marca o acolhimento e a inserção das crianças migrantes africanas no contexto da cidade de São Paulo, tanto no âmbito estrutural, que coloca as crianças negras africanas sendo atendidas na rede parceira da Educação Infantil paulistana, como no âmbito intercultural, em que se verifica uma não valorização e estigmatização das culturas dos povos africanos que migram para o Brasil.

Na Educação Infantil, o acolhimento exige estratégias que propiciem uma conexão entre as instituições e as experiências anteriores vivenciadas no âmbito familiar e histórico-social das crianças migrantes. Pode-se dizer que às instituições de Educação Infantil cabe acolher a multiplicidade cultural trazida por crianças migrantes e suas famílias, assim como colocá-las em contato com a cultura da sociedade que as recebe. Neste contexto, também é fundamental destacar a necessidade de um rompimento com os processos racistas, decorrentes de uma sociedade marcada fortemente por uma estrutura que desumaniza os sujeitos e hierarquiza os modos de ser e viver no mundo.

Referências

- ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. *Quem ajudamos: refugiados*. Brasília, DF: ACNUR, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- ALMEIDA, Silvio Luis de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARELARO, Lisete Gomes. A não-transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (org.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã, 2008. p. 53-66.
- BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice. Imigração internacional na macrometrópole paulista: novas e velhas questões. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 17-40, 2020.
- BAENINGER, Rosana *et al.* (org.). *Migrações Sul-Sul*. 2. ed. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018.
- BÓGUS, Lucia Maria M.; FABIANO, Maria Lucia Alves. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. *Ponto e Vírgula*, São Paulo, n. 18, p. 126-145, 2015
- BOLIGIAN, Levon *et al.* *Geografia espaço e vivência: o espaço geográfico mundial*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BRAGA, Adriana de Carvalho Alves; SOUZA NETO, João Clemente de; SANTOS, José Paulo Ferreira dos. Imigração e educação infantil: análise da relação entre a EMEI e família a partir do relato de uma mãe boliviana. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 561-582, 2021.
- BRASIL. Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm. Acesso em: 12 set. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 nov. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. Portaria nº 666, de 25 de julho de 2019. Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CRISTINA, Bruna. **Passeio a pé mostra presença dos migrantes africanos no centro de São Paulo.** *Migramundo*, [s. l.], 15 out 2019. Disponível em: <https://migramundo.com/passeio-a-pe-mostra-presenca-dos-migrantes-africanos-no-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em: 31 maio 2021.

CURCIO, Anna; MELLINO, Miguel. La razza al lavoro: rileggere il razzismo, ripensare l'antirazzismo in Itália. In: CURCIO, Anna; MELLINO, Miguel (org.). *La razza al lavoro*. Roma: Manifestolibri, 2012. p. 7-36.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Crianças imigrantes: “necessárias”, “invisíveis”, mas “perigosas”. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 370-398, 2021.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. *Pro-Posições*, Campinas, v. 15, n. 3, p. 215-228, 2004.

DIAS, Guilherme Soares. **No centro de São Paulo surge uma pequena África:** bairro do centro de São Paulo se torna reduto de migrantes africanos, que abrem comércios, vivem e se divertem na região. *Carta Capital*, São Paulo, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/guia-negro/no-centro-de-sao-paulo-surge-uma-pequena-africa/>. Acesso em: 31 maio 2019.

FEIGENBLATT, Júlia Audi. *Entre São Paulo e Bolívia: a vida na cidade narrada pelas crianças bolivianas na Praça Kantuta*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. 2. ed. São Paulo: Global, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. De migração em migração se constroem impérios, reinos e cidades: o africano no contexto da globalização. In: MALOMALO, Bas'ilele; FONSECA, Dagoberto José; BADI, Mbuyi Kabunda.(org.). *Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho*. Curitiba: CRV, 2015. p. 17-34.

FREITAS, Marcos Cezar de; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: adaptação, vulnerabilidades e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 680-702, 2015.

FURTADO, Sofia Caselli. *Migrações Angolanas*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020.

GONÇALVES, Carolina Abrão. *Ser criança imigrante boliviana na Ocupação Prestes Maia: o cotidiano e os sonhos da infância*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

HAGA, Elizabeth Yuko. *Nikkei: estrangeiro em seu país natal?* Um estudo sobre identidade, estigma e preconceito com filhos e netos de imigrantes japoneses. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

KALY, Alain Pascal. O Ser Preto africano no “paraíso terrestre” brasileiro: um sociólogo senegalês no Brasil. *Lusotopie*, Aix-en-Provence, n. 8, p. 105-121, 2001.

MACHADO, Leandro; PRADO, Avener. Imigrantes mudam rotina e paisagem de Guaianazes. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 set. 2015. Disponível em: <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/233658-imigrantes-mudam-rotina-e-paisagem-de-guaianases.shtml> Acesso em: 31 maio 2019.

- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia. Reversão econômica e migrações Sul-Sul na cidade de São Paulo: fluxos e territorialidades migrantes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas. *Anais* [...]. [S. l.: Abep, 2018. p. 1-4.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia; BAENINGER, Rosana. Migrantes e refugiados Sul-Sul na cidade de São Paulo: trabalho e espacialidades. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018. p. 402-419.
- MOCH, Leslie P. Dividing time: an analytical framework for migration history periodization. In: LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo (ed.). *Migration, migration history, history: old paradigms and new perspectives*. Frankfurt: Peter Lang, 1997. p. 41-56.
- NASCIMENTO, Ana Paula Santiago do; SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. As creches conveniadas em São Paulo: quais os reais motivos dessa opção política. *Fineduca*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 1-14, 2015.
- NASCIMENTO, Maria Leticia; MORAIS, Carolina Grandino Pereira de. Sobre migração internacional, crianças pequenas e educação infantil: algumas questões. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 524-542, 2021.
- NOVAES, Dirce Trevisi Prado. O processo migratório de mulheres angolanas grávidas e/ou com filhos para São Paulo (2013 a 2018). *TRAVESSIA*, São Paulo, v. 1, n. 92, p. 101-118, 2021.
- PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio da Costa Braga; BAENINGER, Rosana (org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 167-186.
- POLÍCIA FEDERAL. [Portal Dados Abertos]. Brasília, DF: Polícia Federal, 2023. Disponível em: <https://servicos.dpf.gov.br/dadosabertos/SISMIGRA/>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- PÓVOA NETO, Helion. Migração: processo espontâneo é criminalizado. Entrevista especial com Helion Póvoa Neto. [Entrevista cedida à] *IHU on-line*, São Leopoldo, 16 maio 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509050-migracao-processo-espontaneo-e-criminalizado-entrevista-especial-com-helion-povoa-neto>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- REIS, João José. Presença negra: conflitos e encontros. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 79-99. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.
- ROSA, Édina dos Santos. *A inserção de alunos imigrantes africanos negros na rede estadual de ensino na cidade de São Paulo (2014-2016)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- ROSEMBERG, Fulvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo: CEERT, 2012. p. 11-46.
- SAMPAIO, Cyntia; BARALDI, Camila. *Políticas migratórias em nível local: análise sobre a institucionalização da política municipal para a população imigrante de São Paulo*. Santiago: CEPAL, 2019. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44491/4/S1900310_pt.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.
- SANTIAGO, Flavio. *Eu quero ser o Sol: crianças pequeninhas, culturas infantis, creche e intersecção*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.
- SANTIAGO, Flavio. Crianças migrantes dos países africanos na educação infantil paulistana: entre o acolhimento e a exclusão. *Childhood & Philosophy*, Universidade de Estado do Rio de Janeiro, v. 18, p. 01-25, 29 ago. 2022.

SANTOS, Priscila da Silva. *Narrativas silenciosas: identidade e imigração na Educação Infantil*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. *Currículo da cidade: povos migrantes: orientações pedagógicas*. São Paulo: SME-SP, 2021.

SATO, Miki Takao. *Vida cultural, econômica e cotidiano de mulheres africanas em São Paulo: contribuições para a terapia ocupacional*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SILVA, Ana Paula. *¡No hablamos español! Crianças bolivianas na educação infantil paulistana*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências: Educação e Saúde na Infância e Adolescência) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, 2014.

SILVA, Ana Paula. *¡No hablamos español! Crianças bolivianas na educação infantil paulistana*. Saarbrücken,: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

STANICIA, Sergio Tuthill. Portaria 666 de Sérgio Moro: o diabo mora nos detalhes. *Carta Capital*, São Paulo, 27 jul. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/portaria-666-de-sergio-moro-o-diabo-mora-nos-detalhes/>. Acesso em: 12 out. 2019.

TOGNETTI, Gloria. I servizi educativi per l'infanzia. Contesti di relazione tra identità e diversità. In: SILVA, Clara. *Educazione e cura dell'infanzia nell'Unione Europea*, Edizioni ETS: Pisa, 2016. p. 281-290.

VARGAS, João H. Costa. Genocide in the African diaspora: United States, Brazil, and the need for a holistic research and political method. *Cultural Dynamics*, Thousand Oaks, v. 17, n. 3, p. 267-290, 2005.

VENTURA, Deisy; GUIMARÃES, Feliciano de Sá; REIS, Rossana (org.). *Imigrantes em São Paulo: diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos*. São Paulo: IRI-USP, 2017.

VINCE, Natalya; RODET, Marie; GOERG, Odile. Introduction: shifting gendered and colonial spaces. *Stichproben*, Wien, n. 12, p. 1-11, 2007.